

Introdução - Porque a paz? Reflexões sobre Linguagem e materialidade de uma analista diante dos efeitos da guerra

Por Andressa Castelli, 26/10/2025.

Ao receber o convite para participar dessa atividade, me deparei com a necessidade de trabalhar a presente questão a partir de uma inversão da pergunta orientadora deste encontro, recolocando a pergunta da correspondência entre Freud e Einstein nos seguintes termos: por que a paz?

Felizmente, buscando entender a motivação de tal inversão, não somente em minhas experiências mas também na literatura, encontrei um artigo acadêmico que muito recomendo com o mesmo título. *Por que a paz* é um artigo publicado no Psopol (núcleo de pesquisa vinculado ao departamento de psicologia clínica e coordenado pela Miriam Debieux), assinado por pesquisadores importantes no campo da psicanálise e política, e que certamente lança as premissas nas quais baseio minha localização nesse debate.

Mas meu interesse na questão do *por que a paz?*, nesse encontro, não é resumir o referido artigo, mas contar de que maneira a pergunta tem interrogado minha prática clínica, levando em consideração sobretudo alguns trabalhos recentes sobre intervenções psicanalíticas no campo migratório - especialmente uma experiência recente (que se deu entre 2023/24) e que ainda não tive a oportunidade de elaborar, vendo nesse evento a chance de fazê-lo.

Contextualizo o projeto: tratou-se de uma consultoria de suporte em apoio psicossocial e saúde mental oferecida à OIM (agência da ONU para migrações) no contexto da chamada crise migratória afegã. Vocês devem se lembrar das manchetes dos noticiários a respeito da superlotação de pessoas afegãs despejadas à sua própria sorte no aeroporto de Guarulhos. Refugiados após a saída das tropas americanas do território afegão, depois de anos de ocupação neocolonial estado-unidense, cujas finalidades humanitárias encontram desfecho nas seguintes cenas: após Trump negociar a saída das tropas americanas do território do Afeganistão ao lado do Talibã (que em algum momento fora considerado um inimigo mortal pros EUA), cidadãos Afegãos se penduraram nas asas dos aviões para fugir do regime de terror ao qual sabiam que seriam submetidos.

É importante situar que a vinda de Afegãos para países da América Latina, com os quais os sujeitos não mantinham nenhuma correspondência ou desejo de que fossem seus destinos migratórios, responde a um projeto de ordenamento geopolítico orientado por um cinturão global. Explico: os fluxos migratórios forjados são estabelecidos entre países do sul global, sob o incentivo das organizações humanitárias, a fim de que o norte do globo seja preservado dos considerados indesejados imigrantes subalternos.

Desse contexto, o que nem todos sabem são os destinos que as instituições (o estado e as organizações humanitárias) reservaram para esses sujeitos. Após o escândalo do noticiário, a saída dos Afegãos do aeroporto de Guarulhos aos CAE (centros de acolhida especial) abertos em emergência por ocasião da crise representou para esses sujeitos um segundo deslocamento, rumo a um novo mal estar.

Por exemplo, um desses centros de acolhida, com o qual trabalhei mais de perto, pertencia originalmente a rede de hotéis sociais da prefeitura, tendo seu espaço físico as características típicas de um motel: quartos grandes, individualizados, com espelhos no

teto, grande estacionamento (que viria a se tornar o espaço de convívio dos moradores Afegãos) e a original equipe moteleira de funcionários que se tampouco possuíam habilidades para dialogar com usuários brasileiros, muito menos com sujeitos majoritariamente mulçumanos, de pelo menos 3 etnias distintas (pashtos, tajiques e ahazaras) e falantes de no mínimo 3 línguas originais: persa, farsi e dari.

Este era o cenário. E era óbvio que não demoraria muito para que as questões latentes do país de origem e também agora do lugar de acolhida marcassem, ali e aqui, a inevitável guerra. Mas o que a psicanálise e as/os psicanalistas tem a ver com isso?

Parte I: Reserva

Existem muitos pontos que podemos abordar a partir da correspondência entre Freud e Einstein no *Por que a Guerra*. Agora, gostaria de me deter à indagação levantada, de início, por Einstein, onde o físico se questiona a respeito de um agente capaz de mediar, organizar e pôr limites aos conflitos, em direção ao qual se mostra bastante reticente e desconfiado, como podemos observar nos questionamentos que ele traz nos trechos a seguir:

Como pessoa isenta de preconceitos nacionalistas, pessoalmente vejo uma forma simples de abordar o aspecto superficial (isto é, administrativo) do problema: a instituição, por meio de acordo internacional, de um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo conflito que surja entre nações. Cada nação submeter-se-ia à obediência às ordens emanadas desse organismo legislativo, a recorrer às suas decisões em todos os litígios, a aceitar irrestritamente suas decisões e a pôr em prática todas as medidas que o tribunal considerasse necessárias para a execução de seus decretos. Já de início, todavia, defronto-me com uma dificuldade; um tribunal é uma instituição humana que, em relação ao poder de que dispõe, é inadequada para fazer cumprir seus veredictos, está muito sujeito a ver suas decisões anuladas por pressões extrajudiciais. Este é um fato com que temos de contar; a lei e o poder inevitavelmente andam de mãos dadas, e as decisões jurídicas se aproximam mais da justiça ideal exigida pela comunidade (em cujo nome e em cujos interesses esses veredictos são pronunciados), na medida em que a comunidade tem efetivamente o poder de impor o respeito ao seu ideal jurídico

Essa desconfiança se contextualiza em meio a tentativa falida de criação da chamada Liga das Nações, um movimento que antecede a Onu, sua futura criação e sucesso (e será que também prenunciado seu presente fracasso?) Sigo acreditando que essa desconfiança, presente nessa correspondência, em relação a este ente supostamente potente e capaz de promover a paz (em nome de quem e para quem) parece uma pista importante para se trabalhar nestes cenários.

No escopo do termo de referência na minha consultoria, havia a prerrogativa para que eu realizasse um trabalho de apoio psicossocial e suporte em saúde mental não somente com os afegãos acolhidos nos serviços mas também uma escuta às equipes desses centros. A proposta girava em forma de atividades de sensibilização e psicoeducação a partir de princípios interculturais, objetivando claramente melhorar o convívio entre as partes ou, em

última instância, pacificar mais uma das políticas Frankenstein de acolhimento do campo migratório.

No contexto do meu aceite, me lembro de ter passado algumas horas procurando negociar certa autonomia de trabalho em relação a posições, processos e metas da contratante, dado um histórico anterior de trabalhos com a OIM bastante penoso, onde os impasses sempre se apresentaram. A negociação não demorou para, novamente, encontrar seus limites, quando já no primeiro mês a instituição me sugeriu realizar uma espécie de sensibilização com Afegãos, baseada em uma das suas campanhas: *Darien is the Jungle, is not rota*. O Darien é uma floresta que conecta por via terrestre a América Central à América do Norte, por onde vinha se estabelecendo algumas caravanas migratórias de refugiados afegãos que buscavam alcançar os EUA - o que, evidentemente, não era de interesse da própria OIM. O discurso se revestia de preocupação com a sobrevivência e difíceis condições que seriam enfrentadas por esses sujeitos ao longo da travessia. Se operacionalizava por via de uma espécie de contra-propaganda que continha cartilha, slogan, boné, entre outras informações que deveriam ser divulgadas pelos agentes institucionais.

Minha postura diante disto que considerei uma proposta indecorosa e insidiosa de influência foi dizer à minha chefe: além de não poder formalmente exercer influência sobre os sujeitos, dado a ética da nossa própria profissão, preciso alertar para o tipo de ineficácia que essa estratégia representa, ou seja, vocês não imaginam mesmo que sujeitos que enfrentaram alguns anos de ocupação colonial e em seguida a presença do próprio talibã em seus territórios ficarão intimidados com um trecho de floresta, né?

Entendo que, com essa postura, desde o início deste trabalho, assumi o que considero ser uma reserva, ou ainda uma recusa ética que, como sabemos, é um operador fundamental da clínica na direção do tratamento diante de seus princípios de poder. Mas, como veremos, se tal desconfiança e reserva parecem pistas imprescindíveis para que o analista possa se situar na transferência nestes cenários, tampouco parecem suficientes para pensarmos uma atuação ético-politicamente implicada.

Gostaria então de partilhar duas cenas, relativas a essa experiência, para pensarmos que outras pistas podem ajudar a situar nossa posição. Tratam-se de recortes de cenas da clínica extramuros ou ainda implicada com o sofrimento sócio-político. Recortes com limites e possibilidades a partir dos quais buscarei dar destaque à função mesma do corte e do ato e do pagamento, recursos que considero fundamentais à medida que situados em sua operacionalidade nos contextos em que a transferência se estabelece em meio aos efeitos da guerra.

Parte II: corte

O exercício da minha intervenção com migrantes afegãos e equipes do centro de acolhida encontrou suporte no trabalho de alguns alunos do curso de psicologia que eu supervisionava e que passaram a apoiar e multiplicar algumas das atividades dessa consultoria. Certa vez, num momento de supervisão, as alunas retornaram da experiência especialmente perplexas, após uma festa de “aniversariantes do mês”, organizada pelo centro de acolhida para as crianças afegãs. O espanto poderia ter origem naqueles personagens da animação Frozen, que foram utilizados pelas trabalhadoras para decorar a

feita das crianças, ainda que nenhum daqueles adornos fossem por elas reconhecidos. Também poderia advir da indignação de algumas crianças pelo fato de haver apenas um bolo para todas as 7 que comemoravam aniversário aquele mês. Mas se revelou com força quando as alunas relataram a seguinte cena:

Uma agente do centro de acolhida informa que, após o momento do parabéns, o arco de balões utilizado para enfeitar a festa deve permanecer intacto. Que nenhuma das crianças deve brincar em torno do arco e nem mesmo estourar as bexigas, nem durante nem ao fim da comemoração. Algumas horas mais tarde, após esse informe, enquanto as crianças brincavam e comiam os docinhos da festa, o clima “festivo” é cortado: uma mãe afegã vai até a sala da coordenação do centro de acolhida. Pega secretamente uma tesoura. Caminha naturalmente em direção ao arco de bexigas e, antes que pudesse fazer com que as lâminas encontrassem o firme barbante, é detida como uma terrorista (como relataram as alunas) por uma sócio-educadora, enquanto todos olham paralisados a cena, inclusive seus filhos, sendo ela duramente repreendida enquanto cai de joelhos e repousa a tesoura no chão.

Antes de comentar essa passagem e falar de uma intervenção planejada com as alunas numa transição do corte impedido a um corte instaurado, gostaria de dar destaque a um fenômeno, desses dois mais aterrorizantes e tão presente neste momento, que tenho chamado de infinita imaginação bestial - que encontra eco nas ideias de delírio colonial, banalidade do mal e no que o Mauro tem defendido enquanto discurso da estupidez. Me vejo na necessidade de contar sobre as muitas vezes em que me vi estupefata e indignada diante do mais absurdo mosaico e maquete da loucura, que só os delírios mais sórdidos, que atropelam os contornos do reconhecimento do outro, são capazes de engendrar: o depósito de gente no aeroporto, os tapetes de reza dos mulçumanos refletindo do horror no espelho no teto, a festa de frozen, os malditos pratos de carne, Allah, onde estão as tesouras?

A infinita imaginação bestial compõe uma certa estrutura de linguagem sem barra, sem limite. Busca validar e naturalizar o impossível através do show de horrores e procura brecha em diferentes momentos da história da humanidade para voltar a se estabelecer. Podemos lembrar da medicina nazista e todos seus procedimentos monstruosos, como no experimento de injeção de sêmen de cavalos no útero de mulheres judias. Devemos falar de Gaza, como o mais novo celeiro de mais um dos grandes experimentos da infinita imaginação bestial. O genocídio televisionado, o show de horrores e isto que a própria Ana tem sagazmente nos alertado quando diz que **Gaza é o enclave do mundo. Laboratório atual de práticas de extermínio e inviabilização da vida,**

Se a infinita imaginação bestial é íntima da história da humanidade, não por isso devemos subestimar seus poderes de expansão e sua escalada sobretudo num momento onde, como temos discutido aqui no vox, essa modalidade de linguagem, encontra formas algorítmicas de organização, dentro de um paradigma da comunicação supostamente ilimitado, num mundo supostamente sem fronteiras. Linguagem que se dá à revelia do reconhecimento dos contornos, limites e fronteiras que permitem situar a alteridade como tal. Reduzir o outro a sua imagem e semelhança e dedicá-lo o amor que se tem por si mesmo não significa igualmente desejar para esse outro a transmissão da herança da infinita imaginação bestial? A Guerra, decerto, não é algo que se dá por contágio mas é algo que se transmite.

O que pode um analista frente a essa transmissão, diante da infinita imaginação bestial? O que pode a peste diante da besta?

Voltemos ao corte. Certamente, planejar intervenções diante do mosaico bestial exige de nós ética, tática e estratégia. Neste caso, a ida seguinte das alunas ao centro ficou marcada por uma intervenção bastante singela: organizaram brincadeiras onde as crianças ora cooperavam e ora disputavam pela conquista de bexigas, sorrateiramente contrabandeadas pelas alunas para dentro da instituição, sendo algumas deixadas de presente. Para o constrangido sorriso amarelo dos agentes institucionais que buscavam esconder o quanto aquilo parecia divertido. Para o olhar emocionado de algumas mães as quais os filhos pediam que guardassem a bexiga como se esconde um tesouro ou um segredo de botija.

Este parece um bom exemplo para falar como, muito antes de levantar a bandeira branca da paz, cabe ao analista ter algumas bexigas no bolsa, aquilo que falamos sobre sustentar o conflito, escolhendo, claro, de que forma vamos nos posicionar diante dele, o que obviamente exige antes assumi-lo. Do corte impedido ao singelo corte instaurado por essas alunas, cirúrgicas no flanco que abriram em meio ao mosaico da linguagem bestial, podemos estabelecer algumas séries de perguntas a respeito, por exemplo da literalidade, dessa intervenção. Não é, pois, pela via da metáfora que opera o analista? Porque a insistência nas bexigas? É disso que trata? Não estamos atuando e meramente nos rebelando como num capricho ao transgredir a tirania institucional?

Estamos diante de algumas perguntas bastante sedutoras onde muitas vezes a forma analítica de gozar do sentido, por via de uma resignificação ou flexibilização da linguagem, faz com que muitas vezes nós mesmos flertemos exatamente com aquelas infinitas possibilidades que marcam justamente a imaginação bestial. O que quero dizer é algo quase Adorniano, na contramão de uma certa tendência pós-moderna, pois embora saibamos que pelas leis da significação bixiga possa representar um órgão do corpo humano, um bairro de São Paulo, ou, para estes agentes, um estouro que remete ao barulho de uma bomba, também é muito importante que, à distância dos espólios do fetiche colonial, bixiga possa apenas significar bixiga, na partilha de um comum que crianças afegãs, no direito as suas infâncias, também deveriam estar autorizadas a gozar. Bixiga precisa também poder significar bixiga. Fronteira precisa também poder significar fronteira. Território precisa também significar território, a despeito dos próprios ímpetus também psicanalíticos de relativização da linguagem e de sua conexão com a materialidade.

Não quero com isso fiar um caminho conservador de abordagem da linguagem, muito pelo contrário, mas realizar uma ressalva de que um certo uso pós-moderno e algorítmico da linguagem, desvinculada da materialidade, convém aos propósitos neofascistas de pós verdade e em última instância da deliberada fake news e da ardilosa mentira que se estabelecem entre os multiversos, metaversos e outros simulacros que não podem ser confundidos com a forma como a psicanálise aborda o conceito de fantasia. Repito: o golfo do México é o golfo do México. A palestina ocupada é a Palestina.

Estou falando que, nestes casos, os de guerra, nosso trabalho com a distribuição e rearticulação sensível do significante (que por si é uma materialidade) pode e as vezes deve se articular à redistribuição sensível de outras materialidades. Pois a bexiga que seria cortada por aquela mãe como ato de denúncia ao absurdo dos direitos que também lhe haviam sido cortados, retorna a cena via contrabando, operando, ela mesma, a função

daquela tesoura: a de um corte que barra ao menos uma pequena parcela do mais de gozar da imaginação bestial.

Em contextos clínicos mais convencionais, podemos imaginar que quando o analista utiliza-se do parâmetro do pagamento, que também é uma materialidade, para exercer influência e produzir efeitos na transferência, a conexão entre linguagem e materialidade é por ele respaldada. Por que então, para alguns analistas, as questões referentes aos processos de reparação e redistribuição da materialidade sensível tornam-se, curiosamente, temas meramente sociológicos em relação aos quais o analista deveria se abster?

O que podemos observar é um uso seletivo da materialidade, que parece integrar uma estratégia de linguagem fundamental da imaginação bestial: quando há de se atacar a noção da de construção social (como por exemplo, quando falamos de gênero), rapidamente a materialidade de um corpo pode virar o lugar lógico de validação de um pensamento (se pensamos uma forma conservadora de pensar a transexualidade). Mas essa mesma materialidade, quando convém, pode ser sumariamente ignorada quando, por exemplo, as condições materiais de existência de um migrante vem a ser desconsideradas em nome de um exercício imaginativo e nominalista (uma construção social) sobre quem deve ser considerado cidadão. Trata-se de forma conveniente, interessada a arbitrária de articular materialidade e linguagem, que se acirra nos cenários de guerra. E para o analista que se ocupa e se preocupa com o tratamento e a redistribuição do sensível, isso não pode ser desconsiderado.

Partindo deste pressuposto, sobre a necessidade de considerar de maneira conjunta e dialética a materialidade do significante em meio a outras materialidades, ou ainda, sobre como o saber inconsciente se localiza, nesses cenários, em meio a outros saberes e condições materiais, gostaria de avançar em direção a uma última reflexão acerca, justamente, do tema do pagamento.

PARTE III: pagamento e ato clínico

Para basear a reflexão dessa última parte, gostaria de trazer uma última cena clínica onde eu estive diretamente implicada. No contexto da minha consultoria surgiu uma demanda, da parte das equipes dos centro de acolhida, para que eu pudesse conduzir uma sensibilização com mães e pais afegãos a respeito da importância de levarem seus filhos à escola. Alguma das coordenadoras das escolas aqui de São Paulo vieram a compartilhar suas preocupações com agentes dos centros de acolhida a respeito da baixa frequência das crianças afegãs na escola, o que poderia vir a comprometer o ganho de alguns benefícios sociais como bolsa família, que estão condicionados ao cumprimento desse dever que, no Brasil se articula à política de proteção aos direitos de crianças e adolescentes.

Evidentemente, manejar essa demanda exigia não apenas um apelo à tolerância dessas duas instituições mas também poder entender quais as noções de infância, família e escolarização para comunidade afegã, o que inspirou de minha parte algumas rodas de conversa a respeito desse tema, e que encontraram suporte na tradução de Shila: Uma enfermeira afegã contratada pela OIM para trabalhar comigo, realizando a tradução simultânea e bilateral dos encontros. Ao abordar tais temas, eu buscava acolher os aspectos interculturais, isto é, a forma como afegãos constroem sentidos sobre esses

assuntos, procurando também traduzir o conjunto de preocupações que as instituições possuíam acerca da escolarização das crianças e preservação dos benefícios sociais.

Ao longo dessas rodas, conheci Solis (nome fictício), um dos pais afegãos ativamente participante do grupo e que parecia inclusive ocupar certo protagonismo e um engajamento especial naquele espaço. Já ao final do primeiro encontro, Solis me solicitou, de modo um tanto incisivo, que eu escrevesse no meu “relatório” para ONU o conjunto de condições vulneráveis e humilhantes às quais a comunidade afegã vinha sendo submetida. Ele me falava em persa de modo angustiado, revoltado, um tanto irônico e incisivo aquilo que Shilla me traduzia: peça para ela escrever o que temos passado aqui. Diga para ela que isso precisa constar no relatório. Mande ela escrever que nossas famílias inteiras estão morando em quartos minúsculos. Que para levar as crianças nas diferentes escolas nas quais estudam tenho que pegar 3 ônibus, sem dinheiro para pagar o transporte. Diga que não temos oportunidade de trabalho, que não queremos aprender português, que a segunda língua que falamos é o inglês e que por isso precisamos ser reassentados nos Estados Unidos.

Shilla parecia bastante constrangida enquanto se ocupava dessa tradução e eu seguia a encorajando para que ela não poupasse as palavras e pudesse ser fiel àquilo que estava sendo dito por Solis. Pedi para que ela pudesse responder que eu compreendia o que ele estava me dizendo, que eu registraria as queixas e que procuraria dar a conhecer a importância das reivindicações.

No entanto, ao longo dos encontros posteriores, o movimento de Solis não somente insistia como também se acirrava, sem que os encontros pudessem parecer propícios para uma sensibilização sobre as questões escolares. Vocalizadas e lideradas por Solis, as legítimas e diversas queixas das famílias afegãs se sobrepunham ao tema a ser abordado, acirrando as resistências na transferência. Nesse ínterim, me via no impasse de acolher e manejar as importantes reivindicações da comunidade afegã enquanto era cobrada pela equipe do centro de acolhida e pela OIM sobre resultados concretos a respeito do comparecimento das crianças na escola.

Ao se ver junto comigo no impasse, Shilla, a tradutora, sentindo também as dificuldades e tensões dessa relação, resolveu dividir comigo um pouco da história de Solis, que era o porta voz do sofrimento das famílias. Ela me conta que Solis, antes do governo do Talibã, pertencia à elite afegã. Que ocupou um importante cargo no Afeganistão no contexto da ocupação americana no país, chegando a servir o governo americano e sendo, por isso, considerado como traidor naquela época por alguns dos seus conterrâneos. Conta que Solis havia ficado revoltado, decepcionado e frustrado ao ser deixado para trás pelas tropas americanas quando essas bateram em retirada do seu país. Essa história contextualizava então o pedido de Solis e outras famílias por serem reassentadas não no Brasil e sim nos EUA: uma dívida que precisava ser paga, um direito a reparação após anos de ocupação estado-unidense no Afeganistão.

Agradei imensamente a Shilla por ter me situado a respeito desses bastidores. Lhe disse que para mim e para o seguimento do nosso trabalho fazia muita diferença ter isso em conta.

Entretanto, internamente, me sentia ainda mais angustiada pela dimensão do que havia para ser manejado à medida que entendia o que estava em jogo. Me lembro que passei a ir aos encontros bastante tensa em relação a esses impasses. Desde o princípio da minha entrada, naquele contexto de negociação dos termos de trabalho, me lembro que havia negociado com a OIM que eu não usaria o colete humanitário, o uniforme institucional disponibilizado pela agência, entendendo que eu não era uma trabalhadora da OIM e sim uma consultora independente que gostaria de ter a prerrogativa de não ser confundida como uma agente institucional. Partia da crítica de que não andaria blindada pela insígnia do colete nesses espaços, me acercando de uma posição de poder assimétrica que ali, quem pode dar e quem deve receber.

Como veremos, hoje entendo que embora a ausência de colete não tenha me blindado das progressivas pressões frente ao impasse e que possa mesmo ter sinalizado alguma disposição ao vínculo de minha parte, esta forma de solidariedade da matéria à linguagem pode também marcar uma hesitação, um encobrimento e uma resistência do analista a algo que também deve poder aparecer na transferência nesses cenários: a dívida colonial e a cólera de sua cobrança.

SE A MATERIALIDADE É FUNDAMENTAL TAMPOUCO ELA POR SI SÓ promove a redistribuição do sensível. Novamente, volto a articular a materialidade à linguagem para dizer como, na estrutura colonial das relações que situam o discurso inconsciente, a contradição performativa, isto é, um ato que depõe contra aquilo que enuncia, é um fenômeno que precisa ser pensado. Pois, se por um lado, o fato de me enunciar ou me colocar sem blindagem me aproximou de certa forma do horror que em alguma medida também compartilhava a partir das queixas de Solis, por outro, era também justamente na minha solidariedade que residia um certo recuo e covardia que passou a se apresentar nos encontros seguintes:

Apoiada nessa solidariedade, contraditória e fajuta, da matéria à palavra, movida de muito constrangimento por representar para aquele grupo, inevitavelmente, a figura da qual tanto procurei tomar reserva e distância, passei, ao final dos encontros, a dizer para Solis e seu grupo:

Solis, eu queria que você soubesse que eu não sou da ONU. Que eu sou uma prestadora de serviços. Eu estou registrando suas queixas, mas a minha intervenção possui limites. Não posso alimentar falsas expectativas e o que posso te dizer é, infelizmente, algo que talvez você mesmo já saiba, pela força da sua história, que não acredito que muitas das reivindicações serão acolhidas.

Minha resposta sim, era honesta, franca e verdadeira. O que nela havia disto que estou chamando de uma solidariedade fajuta era a primeira parte da sentença, minha estratégia mesma de tirar meu corpo fora - esse mesmo corpo que eu tinha lançado ao campo supostamente sem blindagens. Um engodo colonial e transferencial, assim como a culpa do analista.

O que quero propor é que, frequentemente, este tipo de solidariedade fajuta (que inclusive convém a muitos defensores da paz) ou uma certa culpa infértil e paralisante são duas formas comuns de resistência narcísica do analista frente ao horror e a história colonial que engendra alguns de seus próprios pactos sociais e afetivos. A solidariedade fajuta e todos

os excessos de bem podem aparecer como uma forma de AMORdaçar de suposta compreensão e reconhecimento a dívida colonial, com vias a sufocar algo que sim, precisa ser vivido na transferência e este é um preço que o analista precisa estar disposto a pagar.

Acontece que, ainda bem, esse tipo de saída barata sempre sai caro em termos transferenciais e parece que é a partir daí, de um certo ponto em que as coisas se tornam um tanto insustentáveis, que podemos encontrar outras formas mais genuínas subverter os vícios da colonialidade e da imaginação bestial a qual também estamos assujeitados.

No caso em questão, isto se deu quando parei de responder para Solis aquilo que vinha repetindo todos os encontros, estas coisas do saber consciente quando, um dia, de maneira irrefletida, diante de mais um dos seus pedidos de que eu registrasse queixas no meu relatório, eu lhe disse de maneira muito exausta e emocionada: Solis, eu não escreverei nada. Você quer mesmo que eu lhe diga o que eu gostaria de escrever? Eu gostaria de Solis, de escrever neste papel, que você e os seus fizeram suas vidas e escreveram suas histórias e prosperaram sem nenhum tipo de ajuda da ONU.

Este ato que se deu ali, representou uma espécie de turning point na história da transferência com este grupo. Ato impensado, onde um certo não saber dá às mãos à criatividade sem amordaçar e sufocar a dívida colonial, mas também construindo um horizonte para além dela. Uma situação onde o que se dá é algo semelhante ao que Butler chama de quitação subjetiva, um conceito que tenho pensado ser crucial para inspirar pistas para lidar com a dívida colonial na transferência: a ideia de que o sujeito precisa re-encenar na transferência a dívida colonial para que através dessa revivência ele possa provar que nada deve àquele que representa seu agente espoliador.

Foi mesmo o que se passou, ficamos quites na preservação de nossas dignidades e nenhum pacifismo. Eu paguei o meu preço. E tive notícias que os pais se mobilizaram para solicitar o bilhete de transporte escolar. As crianças estão indo à escola, com algumas bexigas no bolso.